

1. Memória descritiva do orçamento

Os documentos previsionais para 2016 refletem a estratégia delineada para o concelho através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

O PEDU traduz-se na definição de quatro grandes eixos estratégicos de intervenção e que estruturam as ações prioritárias assumidas pelo Município para concretizar a visão projetada para o Entroncamento de 2020.

Eixo 1 – Consolidar uma Cidade para a pessoas

Centra-se na requalificação do espaço público e na promoção da melhoria e renovação do parque habitacional.

Eixo 2 – Promover o “Desenvolvimento económico, emprego e inovação”

Consiste em transformar o Entroncamento num eixo empresarial e logístico do Médio Tejo, tirando partido das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias.

Eixo 3 - Promover a coesão social e cidadania

Os investimentos são especialmente dirigidos para inclusão social ativa, desenvolvimento local e social, melhoria do acesso a serviços e para a igualdade de oportunidades e combate às discriminações.

Pretende igualmente criar mecanismos em parceria com as várias instituições públicas e privadas facilitadoras do espírito empreendedor.

Eixo 4 – Cidade Sustentável e Inteligente

Pretende-se com este eixo, promover os objetivos do desenvolvimento sustentável e da estratégia «Europa2020» com novas competências na produção e distribuição local de energias verdes, apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

Racionalizar os consumos energéticos nas redes de equipamentos públicos e coletivos com adoção de políticas de eficiência energética e introduzir programas locais de iluminação pública inteligente, com menores custos associados.

No Plano de Investimentos 2016-2019 destaca-se para o ano de 2016 os seguintes investimentos:

- Construção de Ciclovia na Freguesia S. João Batista

Trata-se de um investimento orçamentado em 592.750 € que visa aumentar substancialmente a extensão da ciclovia existente no concelho. Prevê-se com este investimento a requalificação de vários corredores urbanos existentes, a saber: Av. Dr. José Eduardo Victor das Neves, Largo José Duarte Coelho, Rua Martim de Freitas, troço coberto da Ribeira de Santa Catarina até à Rua Antero de Quental.

Estima-se que a execução da obra seja dividida entre 2016 (50 %) e 2017 (50 %).

- Remodelação e Modernização do Cine Teatro S. João

Será aposta a remodelação e modernização do Cine teatro S. João, de modo a devolver a vida a este espaço que tanta falta faz ao concelho.

Prevê-se a substituição da cobertura (amianto), redes interiores, melhoria do isolamento acústico e térmico, equipamentos e a interação funcional com o espaço do edifício ao lado e a tardoz para gerar novas acessibilidades e valências como espaço cultural.

Trata-se de um investimento orçamentado em 903.051 € cuja execução deverá ser realizada entre 2016 (60 %) e 2017 (40 %).

- Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)

O objetivo desta reabilitação é a melhoria da acessibilidade ao edifício, substituição de materiais (cobertura, pavimentos interiores, instalações sanitárias, redes interiores) e equipamentos (frio e iluminação) e revisão do “layout “ visando a mobilização de novas valências de reforço às lojas existentes e a novas ações de regeneração do espaço.

A estimativa da despesa situa-se na ordem dos 850.000 €, repartindo-se entre 2016 (55 %) e 2017 (45 %).

Pretende-se um espaço moderno e energeticamente eficiente e inteligente.

- Melhoria do Desempenho Energético do Município

Trata-se de um investimento incluído dentro dos Investimentos Integrados (ITI) do Médio Tejo, o qual, já se encontra contratualizado.

Pressupõe a substituição das luminárias do concelho por tecnologia LED.

Estima-se que a despesa desta primeira fase do investimento se situe na ordem dos 470.500 € e que a execução decorra entre 2016 (75 %) e 2017 (25 %). Tendo em conta que o valor máximo de comparticipação da ITI para este investimento é na ordem dos 400.000 €, não é possível nesta primeira fase substituir a totalidade das luminárias do concelho.

A conclusão do projeto terá de ser feito dentro do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) aquando da execução das várias Áreas de Regeneração Urbanas (ARU) aprovadas pelo executivo.

- Escola EB2/3 Dr. Ruy Andrade (Recuperação do Pavilhão)

Este investimento é o concluir de um espaço que não foi contemplado na empreitada de construção da Escola Dr. Ruy Andrade, concluída em setembro de 2015.

A oportunidade de financiamento leva a que seja possível modernizar o espaço sem que o Município tenha de despende fundos próprios para tal, uma vez que será financiado a 85 % por fundos comunitários e os restantes 15 % serão financiados através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

- Requalificação dos Espaços Verdes dos Bairros Sociais

Este investimento visa a intervenção em diversos espaços verdes dentro da ARU 3 (Bairros Sociais), nomeadamente jardim da Rua José Afonso, Jardim da Rua Cidade Penafiel e Largo da Fraternidade. A intervenção será ao nível das zonas verdes, pavimentos, equipamentos, redes enterradas, drenagens, iluminação e sinalética. A intervenção corresponderá a cerca de 3.000 m²

O Orçamento para o ano de 2016 fica substancialmente abaixo ao dos anos anteriores, o que revela o cuidado que este executivo teve em aproximar a despesa e a receita ao que é realmente executado.

É o continuar de uma estratégia de rigor e contenção da despesa sem prejudicar as oportunidades de investimento.

Em conclusão, as Grandes Opções de Plano traduzem um conjunto de investimentos em diversas áreas da gestão autárquica que vão de encontro à estratégia delineada para o concelho.

Entroncamento, 22 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

2. Cenário Macroeconómico para 2016

Não tendo ainda como referência a proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2016 as previsões abaixo indicadas são retiradas do boletim económico de junho de 2015 elaborado pelo Banco de Portugal.

Neste boletim o Banco de Portugal manteve as **previsões de crescimento** até 2017, esperando um aumento de 1,7% para 2015, de 1,9% em 2016 e de 2% em 2017, ano em que o PIB deverá estar próximo do de 2008.

Este crescimento "assentará no crescimento robusto das exportações e na procura interna".

Prevê-se ainda que as **exportações** cresçam 4,8% até ao final de 2015, acelerando o ritmo de crescimento para os 6% em 2016 e para os 6,4% em 2017.

De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, o peso das exportações no PIB em termos reais "deverá aumentar 14 pontos percentuais entre 2008 e 2017, situando-se em cerca de 46% no final do horizonte de projeção".

Já quanto às projeções para a **procura interna**, o Banco de Portugal reviu ligeiramente em alta a sua previsão para 2015 e manteve-a praticamente inalterada para os dois anos seguintes, esperando que a procura interna aumente 2,1% em 2015, 1,8% em 2016 e 2,1% em 2017.

O Banco de Portugal antecipa, assim, um "**crescimento moderado do PIB**" ao longo do horizonte das projeções, esperando que haja "um aumento gradual da taxa de crescimento" até 2017.

No final do horizonte de projeção o nível do PIB deverá situar-se próximo do observado antes do início da crise financeira internacional", lê-se no boletim económico, que acrescenta que esta evolução "traduz uma recomposição significativa da estrutura da despesa no sentido de uma crescente orientação de recursos produtivos para setores com maior exposição à concorrência internacional".

Quanto à **inflação**, o Banco de Portugal prevê que a taxa de inflação se situe nos 0,5% em 2015, nos 1,2% em 2016 e nos 1,3% em 2017.

O Banco de Portugal considera que os riscos que se colocam à projeção da atividade económica estão globalmente equilibrados, mas que os riscos relacionados com a inflação estão "ligeiramente descendentes".

O Banco de Portugal recomenda ainda que "a economia portuguesa deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores".

Além disso, o Banco de Portugal reitera um aviso que tem vindo a fazer, insistindo na necessidade de realizar **reformas estruturais**.

"O sucesso da economia portuguesa dependerá sobretudo da capacidade para aumentar a quantidade e qualidade dos recursos produtivos, da prossecução de reformas estruturais que promovam de forma sustentada e equitativa o crescimento económico, bem como de uma condução das políticas económicas que preserve os equilíbrios macroeconómicos fundamentais".

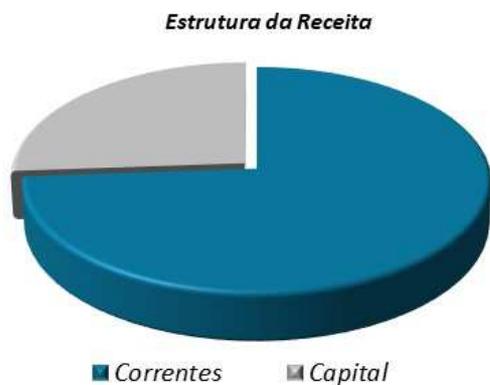
3. Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano

3.1. Valor Global do Orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2016 totaliza 16.335.678 € e tem a seguinte composição:

| <i>Designação</i> | <i>Receitas</i> | | <i>Despesas</i> | |
|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | <i>Valor €</i> | <i>%</i> | <i>Valor €</i> | <i>%</i> |
| Correntes | 12.070.989 | 74% | 10.980.443 | 67% |
| Capital | 4.264.689 | 26% | 5.355.235 | 33% |
| Total | 16.335.678 | 100% | 16.335.678 | 100% |

Representação Gráfica:



3.2. Evolução do saldo global

Evolução do saldo global

| Descrição | Orçamento (€) | | Variação | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| | 2015 | 2016 | Valor (€) | % |
| Receita corrente | 12.736.728 | 12.070.989 | -665.739 | -5,2% |
| Receita de capital (efetiva) (1) | 6.202.384 | 3.764.689 | -2.437.695 | -39,3% |
| Receita efetiva (1) | 18.939.112 | 15.835.678 | -3.103.434 | -16,4% |
| Despesa corrente | 11.312.073 | 10.980.443 | -331.630 | -2,9% |
| Despesa de capital (efetiva) (2) | 6.736.539 | 3.949.735 | -2.786.804 | -41,4% |
| Despesa efetiva (2) | 18.048.612 | 14.930.178 | -3.118.434 | -17,3% |
| Saldo corrente | 1.424.655 | 1.090.546 | -334.109 | -23,5% |
| Saldo de capital | -534.155 | -185.046 | 349.109 | -65,4% |
| Saldo global | 890.500 | 905.500 | 15.000 | 1,7% |

(1) - Não inclui ativos e passivos financeiros

(2) - Não inclui ativos e passivos financeiros

Relativamente ao ano anterior, assiste-se a uma contração da receita efetiva em 3.103.434 € (-16,4%) e da despesa efetiva em 3.118.434 € (-17,3%), o que se traduz num diferencial previsto de 15.000 €.

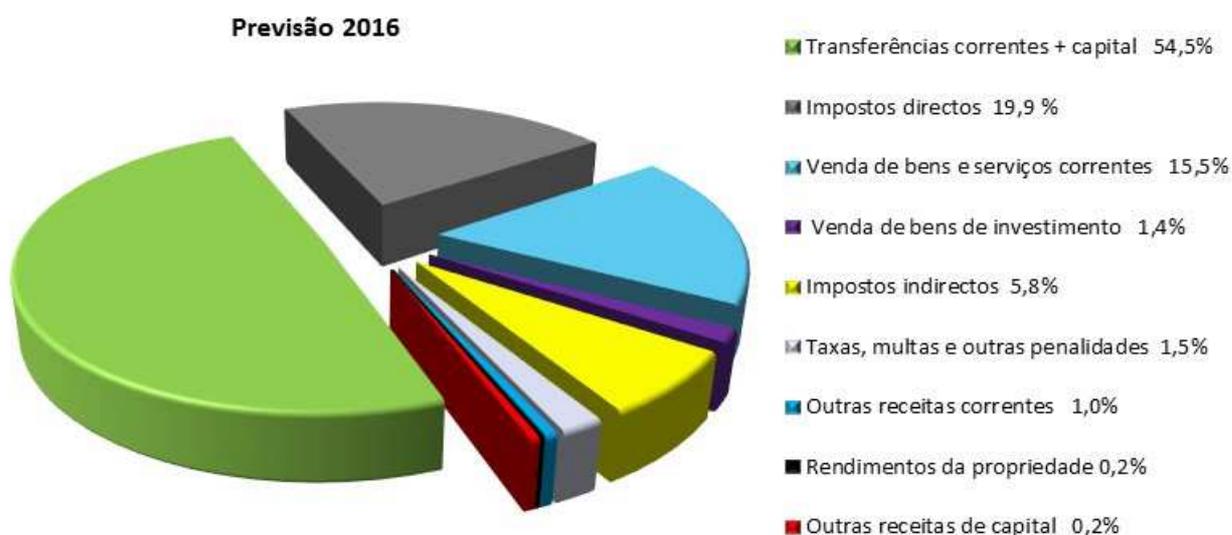
Existe de facto uma tentativa de aproximar o orçamento do município à realidade das suas efetivas capacidades financeiras, evitando aquela que foi ao longo dos anos uma prática de excesso orçamental, conforme atestam os indicadores de execução disponíveis à data.

3.3. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2016 ascende a 16.335.678 € apresentando, em relação à receita orçamentada em 2015, um decréscimo de 13,7%, ou seja, menos 2.603.434€.

| Rubricas | Previsão 2015 | | Previsão 2016 | | Evol. 2016/2015 | | Peso relativo | |
|---------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor € | % | Valor € | % | Valor € | % | 2015 | 2016 |
| 01 Impostos diretos | 3.772.318 | 19,9% | 3.406.747 | 20,9% | -365.571 | -9,7% | 29,6% | 28,2% |
| 02 Impostos indirectos | 1.093.915 | 5,8% | 1.112.468 | 6,8% | 18.553 | 1,7% | 8,6% | 9,2% |
| 04 Taxas, multas e outras penalidades | 292.311 | 1,5% | 296.193 | 1,8% | 3.882 | 1,3% | 2,3% | 2,5% |
| 05 Rendimentos da propriedade | 28.663 | 0,2% | 22.601 | 0,1% | -6.062 | -21,1% | 0,2% | 0,2% |
| 06 Transferências correntes | 4.426.031 | 23,4% | 4.348.722 | 26,6% | -77.309 | -1,7% | 34,8% | 36,0% |
| 07 Venda de bens e serviços correntes | 2.943.207 | 15,5% | 2.800.658 | 17,1% | -142.549 | -4,8% | 23,1% | 23,2% |
| 08 Outras receitas correntes | 180.283 | 1,0% | 83.600 | 0,5% | -96.683 | -53,6% | 1,4% | 0,7% |
| Total de receita correntes | 12.736.728 | 67,3% | 12.070.989 | 73,9% | -665.739 | -5,2% | 100,0% | 100,0% |
| 09 Venda de bens de investimento | 261.936 | 1,4% | 235.691 | 1,4% | -26.245 | -10,0% | 4,2% | 5,5% |
| 10 Transferências de capital | 5.894.741 | 31,1% | 3.461.348 | 21,2% | -2.433.393 | -41,3% | 95,0% | 81,2% |
| 12 Passivos financeiros | 0 | 0,0% | 500.000 | 3,1% | 500.000 | - | 0,0% | 11,7% |
| 13 Outras receitas de capital | 45.706 | 0,2% | 66.909 | 0,4% | 21.203 | 46,4% | 0,7% | 1,6% |
| 14 Repos. não abatidas nos pagamentos | 1 | 0,0% | 741 | 0,0% | 740 | 74000,0% | 0,0% | 0,0% |
| Total de receitas de capital | 6.202.384 | 32,7% | 4.264.689 | 26,1% | -1.937.695 | -31,2% | 100,0% | 100,0% |
| Total de receitas | 18.939.112 | 100,0% | 16.335.678 | 100,0% | -2.603.434 | -13,7% | | |

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as **Transferências correntes e de capital (47,8%)**, seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 39,4% da previsão: **impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e venda de bens de investimento**.



No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:

01 – Impostos Diretos

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % |
|----------|--|---------------------|----------------|
| 010202 | Imposto municipal sobre imóveis | 2.636.024,00 | 77,38% |
| 010203 | Imposto único de circulação | 428.414,00 | 12,58% |
| 010204 | Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis | 224.981,00 | 6,60% |
| 010205 | Derrama | 117.325,00 | 3,44% |
| 010207 | Impostos abolidos | | 0,00% |
| 01020701 | Contribuição autárquica | 1,00 | 0,00% |
| 01020702 | Imposto municipal de sisa | 1,00 | 0,00% |
| 01020703 | Imposto municipal sobre veículos | 1,00 | 0,00% |
| | TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS" | 3.406.747,00 | 100,00% |

A maior verba desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a taxa de 0,36 %, ou seja, uma redução de **5 % face à taxa aplicada no ano anterior**. Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita) à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.

02 – Impostos Indiretos

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % |
|------------|-----------------------------------|---------------------|----------------|
| 02020601 | Mercados e feiras | 2.027,00 | 0,18% |
| 02020602 | Loteamentos e obras | 859.015,00 | 77,22% |
| 02020603 | Ocupação da via pública | 232.538,00 | 20,90% |
| 02020605 | Publicidade | 4.026,00 | 0,36% |
| 0202069999 | Outros | 14.862,00 | 1,34% |
| | TOTAL "IMPOSTOS INDIRETOS" | 1.112.468,00 | 100,00% |

“Impostos Indiretos” totaliza uma previsão de receita no valor de 1.112.468 €, sendo “loteamentos e obras” a rubrica com maior expressão, representando 77,22 %.

Para além da previsão através da média da receita cobrada nos últimos 24 meses, foram ainda consideradas as seguintes situações:

Loteamentos e Obras – Esta receita foi prevista tendo por base os processos existentes em aberto:

Requente: Trindade & Martins, Lda.

Local: Rua José Régio

Previsão de receita: 306.590,94 €

Requente: Asas Invest

Local: Quinta de Santo António - Casal da Galharda

Previsão de receita: 276.426,44 €

Requente: MSC, SA

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 106.888,25 €

Requente: Zone Soft

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 6.720,96 €

Requente: Unimarket – Imobiliária Lda

Local: Avenida Villiers Sur Marne

Previsão de receita: 138.208,02 €

Ocupação da Via Publica

Previsão de cobrança da ocupação da via publica por motivo de obras na Urbanização da Capela - Formigão, à firma Construções Rodrigues e Manuel Vieira, Lda.

Foi deliberado em reunião de câmara de 01 de julho de 2013 o pagamento de 190.516,35 € estando neste momento ainda em falta **171.638,50 €**.

04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % |
|-------------|---|-------------------|----------------|
| 0401 | Taxas | | |
| 04012301 | Mercados e feiras | 205.612,00 | 69,42% |
| 04012302 | Loteamentos e obras | 18.227,00 | 6,15% |
| 04012303 | Ocupação da via pública | 1.602,00 | 0,54% |
| 04012305 | Caça, uso e porte de arma | 168,00 | 0,06% |
| 0401239999 | Outras | 34.656,00 | 11,70% |
| 0402 | Multas e outras penalidades | | |
| 040201 | Juros de mora | 25.667,00 | 8,67% |
| 040202 | Juros compensatórios | 3.177,00 | 1,07% |
| 040204 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 4.708,00 | 1,59% |
| 040299 | Multas e penalidades diversas | 2.376,00 | 0,80% |
| | TOTAL "TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES" | 296.193,00 | 100,00% |

A previsão efetuada nesta rubrica teve por base a média da receita cobrada nos últimos 24 meses. “Mercados e Feiras” assume-se como a receita com maior influência, representando 69,42 % do total da previsão.

A rubrica “**outros**” diz respeito a:

Comparticipação em Transportes Escolares, Alvarás de ruído, Cemitério, Certidões, Horários de Funcionamento, Renovação de Cartões, Autenticação de fotocópias entre outras.

05 – Rendimentos de Propriedade

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % |
|--------|---|------------------|----------------|
| 0502 | Juros-Sociedades financeiras | | |
| 050201 | Bancos e outras instituições financeiras | 14.684,00 | 64,97% |
| 0510 | Rendas | | |
| 051001 | Terrenos | 7.917,00 | 35,03% |
| | TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE" | 22.601,00 | 100,00% |

“**Rendimentos de Propriedade**” totaliza uma previsão de receita no valor de 22.601 €.

A previsão dos juros resulta das médias dos últimos 24 meses.

“Terrenos” diz respeito às rendas que o município recebe fruto das instalações de antenas de telecomunicações em terrenos do município.

06 – Transferências Correntes

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % |
|----------|---|---------------------|----------------|
| 060102 | Privadas | 312.507,00 | 7,19% |
| 06030101 | Fundo de Equilíbrio Financeiro | 1.634.071,00 | 37,58% |
| 06030102 | Fundo Social Municipal | 274.907,00 | 6,32% |
| 06030103 | Participação fixa no IRS | 1.159.852,00 | 26,67% |
| 06030199 | Outras | 967.385,00 | 22,25% |
| | TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES" | 4.348.722,00 | 100,00% |

“Privadas” refere-se principalmente ao valor da Renda de Concessão à EDP, proveniente do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

“Outras” refere-se a transferências provenientes das seguintes entidades:

| DESCRIÇÃO | PREVISÃO |
|---|-------------------|
| <i>Instituto de Emprego e Formação Profissional</i> | |
| Gabinete de Inserção Profissional (GIP) | 11.832,00 |
| Contratos de Emprego e Inserção (CEI / CEI+) | 75.000,00 |
| <i>Instituto da Segurança Social</i> | |
| Comissão de Proteção de Menores | 21.205,00 |
| <i>Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária</i> | |
| | 3.614,00 |
| <i>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</i> | |
| Acordo Pré-Escolar - Apoio à Família (Refeições + Prolongamentos) | 140.000,00 |
| Manutenção do Parque Escolar | 20.000,00 |
| Atividades de Enriquecimento Curricular | 75.000,00 |
| <i>Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira</i> | |
| Transferência de Competências - Pessoal Não Docente | 603.913,00 |
| <i>Departamento da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo</i> | |
| Fundo Florestal | 16.821,00 |
| TOTAL | 967.385,00 |

No que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FEF, IRS, FSM), totalizam 3.250.393,00 €. Tendo em conta que não existe ainda a proposta para o Orçamento de Estado para 2016 optou-se por colocar a verba inscrita no Orçamento do ano anterior.

| DESIGNAÇÃO | 2015 | 2016 | Var. | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|--------------|
| | | | Valor | % |
| Transferências Correntes | | | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 1.634.071,00 | 1.634.071,00 | 0,00 | 0,00% |
| Fundo Social Municipal | 274.907,00 | 274.907,00 | 0,00 | 0,00% |
| Participação fixa no IRS | 1.159.852,00 | 1.159.852,00 | 0,00 | 0,00% |
| Transferências de Capital | | | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 181.563,00 | 181.563,00 | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL "TRANSFERÊNCIAS OE" | 3.250.393,00 | 3.250.393,00 | 0,00 | 0,00% |

07 – Venda de Bens e Serviços Correntes

| CL | DESIGNAÇÃO | PREVISÃO | % | |
|---|--|---------------------|----------------|--------|
| 07010801 | Água | 1.279.753,00 | 45,69% | 83,26% |
| 07020901 | Saneamento | 600.684,00 | 21,45% | |
| 07020902 | Resíduos sólidos | 451.396,00 | 16,12% | |
| 0702099903 | Fornecimento de Refeições Escolares | 118.263,00 | 4,22% | |
| 07020903 | Transportes coletivos de pessoas e mercadorias | 88.137,00 | 3,15% | |
| 07020804 | Serviços desportivos | 86.700,00 | 3,10% | |
| 07039902 | Outras rendas | 48.298,00 | 1,72% | |
| 070301 | Habitações | 45.768,00 | 1,63% | |
| 07020907 | Parques de estacionamento | 36.358,00 | 1,30% | |
| 0702099901 | Prolongamento de Horários Escolares | 20.485,00 | 0,73% | |
| 07020803 | Serviços culturais | 7.770,00 | 0,28% | |
| 07011199 | Outros produtos acabados e intermédios | 5.175,00 | 0,18% | |
| 07011099 | Outros | 2.952,00 | 0,11% | |
| 07020906 | Mercados e feiras | 2.783,00 | 0,10% | |
| 07011001 | Sucata | 2.059,00 | 0,07% | |
| 0702099902 | Fornecimento de Processos de Concursos | 1.500,00 | 0,05% | |
| 0702099904 | Ligação de Ramais e Contratos de Água | 1.328,00 | 0,05% | |
| 070299 | Outros | 983,00 | 0,04% | |
| 070102 | Livros e documentação técnica | 113,00 | 0,00% | |
| 07020904 | Trabalhos por conta de particulares | 84,00 | 0,00% | |
| 07010899 | Outras mercadorias | 69,00 | 0,00% | |
| TOTAL "VENDA DE BENS E SERVIÇOS" | | 2.800.658,00 | 100,00% | |

Com a Venda de Bens e Serviços o município prevê arrecadar 2.800.658 €.

A receita com “Água”, “Saneamento” e “Resíduos Sólidos” representa 83,26 % das previsões efetuadas, ou seja, 2.331.833,00 €.

As previsões foram efetuadas com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

08 –Outras Receitas Correntes

Na rubrica “outras receitas correntes” o município prevê uma receita de 83.600 €.

A origem desta previsão tem a ver principalmente com:

Encargos com energia, suportados pelo município, com instalações que transitaram para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo (Furo AC5, AC6, Reservatório do Casal do Grilo, ETAR, E.E. Centro de Convívio).

09 – Vendas de Bens de Investimento

A previsão de receita para venda de bens e investimento é de 235.687 €.

A previsão é feita com base em:

- Média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses (artigo 253º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro – LOE 2013);

- Receita proveniente da alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m²).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008.

No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente ao terreno.

10 – Transferências de Capital

No que respeita às transferências de capital do Estado, o valor justifica-se em grande parte pelos Projectos Co-Financiados através do FEDER e DGEST, conforme demonstra mapas seguintes.

Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

| Componente | Valor |
|--|------------|
| Construção da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy Andrade | 345.735,00 |

Participação comunitária em projetos cofinanciados:

| Componente | Valor 2016 |
|---|------------------|
| Projetos Encerrados - Verba Cativa de 5 % | 644.354 |
| Escola Dr. Ruy Andrade | 157.639 |
| Construção da Escola Básica Norte do Entroncamento | 120.042 |
| Parque Radical | 110.458 |
| Execução do Parque Verde do Bonito | 82.705 |
| Req. Urb. Freg. S.J. Bat.-Reab. Arruam., Largos e Praças - B. da Coferpor (Nascente) | 50.043 |
| Req.Parq.Bonito - Exec. Arranjos exteriores e complementos (Restaurante Bonito) | 40.530 |
| Ciclovias - N. Sra. Fátima | 28.035 |
| Equipamentos Activos e Software para Controlo e Gestão - Rede Pública | 22.912 |
| Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho | 21.594 |
| Req. Urb.Freg. N.Sra.Fátima-Reab. Arruam., Larg. e Praças - Largo de Sto.António-Complem. | 20.061 |
| ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária | 13.715 |
| Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas | 10.999 |
| Remodelação do Centro Cultural | 7.420 |
| Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento | 6.007 |
| Requalificação do Bairro Frederico Ulrich | 3.399 |
| Remodelação do Centro de Convívio da 3ª Idade | 3.100 |
| Remodelação do edifício da biblioteca - 1º andar | 2.147 |
| Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul | -56.453 |
| Projetos a Candidatar | 2.289.696 |
| Ciclovias - Freguesia de S. João Batista (PMUS) | 251.919 |
| Requalificação dos Espaços Verdes dos Bairros Sociais (PAICD E ARU3) | 382.500 |
| Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização | 537.315 |
| Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética) | 216.750 |
| Melhoria do desempenho energético do município - Iluminação pública (ITI) | 399.925 |
| Escola Básica EB2/3 - Ruy Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI) | 350.000 |
| Ligação do Terminal de Contentores à Área de Acolhimento Empresarial e à A23 | 85.000 |
| Entroncamento Verde | 45.900 |
| PEDU - Projeto | 20.387 |
| Total Previsto | 2.934.050 |

12 – Passivos Financeiros

A previsão de receita é de 500.000 €.

Esta verba diz respeito ao empréstimo de curto prazo que servirá para gestão de tesouraria do Município. Este empréstimo não está neste momento a afetar o equilíbrio do Orçamento uma vez que a verba está contemplada do lado da receita e da despesa.

O empréstimo em questão será em modalidade de conta corrente, e será amortizado na sua totalidade até ao final de 2016.

Tendo em conta que a liquidação empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida flutuante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.

13 – Outras receitas de capital

A previsão de receita é de 66.909 €.

A previsão é feita com base em:

- Média da receita cobrada nos últimos 24 meses;
- Previsão de recebimento de fatura emitida em nome Construções Vieira Mendes, no valor de 27.019,47, referente a um auto de trabalhos a menos da empreitada Requalificação da Freguesia N. Sra. Fátima.

3.4. Dotação das despesas

A despesa prevista para o ano de 2016 ascende a 16.335.678 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2015, uma redução de 13,7%, ou seja, menos 2.603.434 €.

Este decréscimo global da despesa deve-se, quase em exclusivo, à quebra na previsão de “aquisição de bens de capital”, a qual é de 2.802.133 €.

| Rubricas | Dotação 2015 | | Dotação 2016 | | Evol. 2016/2015 | |
|-------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Valor € | % | Valor € | % | Valor € | % |
| 01 Despesas com o pessoal | 5.187.694 | 27,4% | 5.181.799 | 31,7% | -5.895 | -0,1% |
| 02 Aquisição de bens e serviços | 5.407.464 | 28,6% | 4.989.289 | 30,5% | -418.175 | -7,7% |
| 03 Juros e outros encargos | 297.403 | 1,6% | 296.203 | 1,8% | -1.200 | -0,4% |
| 04 Transferências correntes | 300.659 | 1,6% | 377.168 | 2,3% | 76.509 | 25,4% |
| 06 Outras despesas correntes | 118.853 | 0,6% | 135.984 | 0,8% | 17.131 | 14,4% |
| Total de despesas correntes | 11.312.073 | 59,7% | 10.980.443 | 67,2% | -331.630 | -2,9% |
| 07 Aquisição de bens de capital | 6.641.452 | 35,1% | 3.839.319 | 23,5% | -2.802.133 | -42,2% |
| 08 Transferências de capital | 24.179 | 0,1% | 39.508 | 0,2% | 15.329 | 63,4% |
| 09 Ativos financeiros | 70.908 | 0,4% | 70.908 | 0,4% | 0 | 0,0% |
| 10 Passivos financeiros | 890.500 | 4,7% | 1.405.500 | 8,6% | 515.000 | 57,8% |
| Total de despesas de capital | 7.627.039 | 40,3% | 5.355.235 | 32,8% | -2.271.804 | -29,8% |
| Total de despesas | 18.939.112 | 100,0% | 16.335.678 | 100,0% | -2.603.434 | -13,7% |

As despesas correntes representam 67,2 % do total do orçamento, ficando as despesas de capital com 32,8 %.

Com a rubrica “**Despesas com Pessoal**” o município prevê gastar 5.181.799 €, ou seja, menos 0,1 % do orçamentado no ano anterior.

“**Aquisições de Bens e Serviços**” representam 30,5 % do orçamento e registam uma redução de 418.175 € face ao ano anterior.

O quadro seguinte demonstra as principais rubricas quem compõem as Aquisições de Bens e Serviços.

| Designação | Dotação |
|--|---------------------|
| Água | 1.094.109,00 |
| Saneamento | 558.419,00 |
| Iluminação Pública | 510.106,00 |
| Encargos com Instalações | 410.593,00 |
| Resíduos Sólidos | 312.916,00 |
| Alimentação e Refeições Confeccionadas | 247.772,00 |
| Gasoleo | 154.948,00 |
| Gás | 130.754,00 |
| Comunicações | 112.713,00 |
| Encargos com Cobranças de Receitas | 80.345,00 |
| Seguros | 63.511,00 |
| Estudos, pareceres e projetos | 60.306,00 |
| Vigilância e Segurança | 39.203,00 |
| Total | 3.775.695,00 |
| Total do 02 - ABS | 4.989.289,00 |
| % | 75,68% |

“**Juros e Outros Encargos**” refere-se aos juros de empréstimos de MLP, juros de locação financeira, juros de fornecedores e encargos bancários.

Face ao ano anterior prevê-se uma redução de 0,4 %.

“**Transferências Correntes**” regista um aumento de 25,4 %.

“**Outras Despesas Correntes**” prevê gastar mais 14,4 % do que o ano anterior.

Nesta rubrica são classificados as restituições e reembolsos que o município tem de fazer.

No que diz respeito às despesas de capital temos:

“**Aquisição de Bens de Capital (PPI)**”

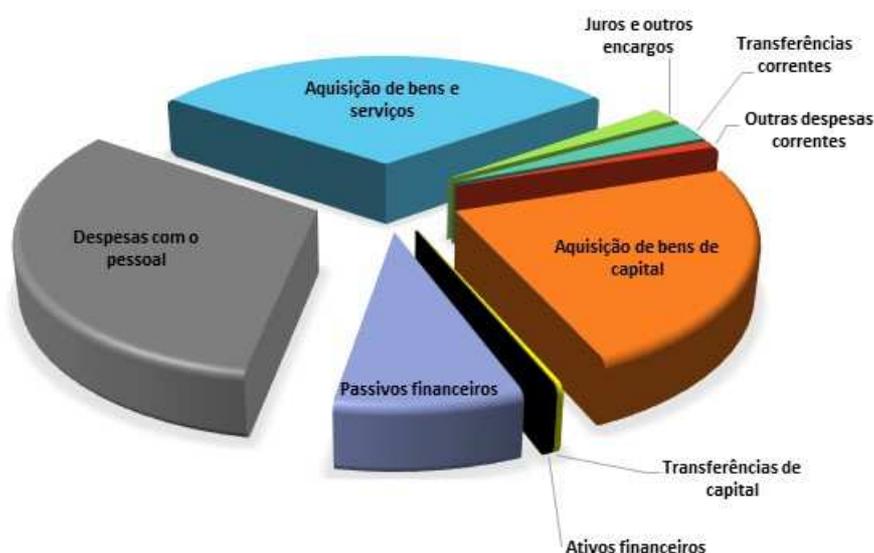
Será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

“**Transferências de Capital**” prevê-se despesas no valor de 39.508 €. Está principalmente relacionado com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (ver detalhe no mapa das AMR).

“**Ativos Financeiros**” refere-se à comparticipação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). A contribuição do município para o FAM é de 496.358,86 € a ser efetuada em 7 anos, ou seja, irá afetar os orçamentos de 2015 a 2021.

“**Passivos Financeiros**” referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos designadamente às amortizações quer do PAEL quer de empréstimos anteriormente contratados pelo município.

Face ao ano anterior regista-se um aumento de 57,8 %. Este aumento deve-se ao empréstimo de curto prazo a contratar no início do ano (500.000 €). Este empréstimo está considerado pelo mesmo valor quer na despesa, quer na receita, ou seja, não influencia o equilíbrio do orçamento.



3.5. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos

As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadrámos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

| GOP | 2015 | 2016 | Varição |
|---|--------------------|--------------------|----------------|
| PPI - Plano Plurianual de Investimentos | 6.641.452 € | 3.839.319 € | -42,19% |
| AMR - Actividades Mais Relevantes | 1.718.331 € | 2.034.941 € | 18,43% |
| TOTAL | 8.359.783 € | 5.874.260 € | -29,73% |

3.5.1 PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

| DESIGNAÇÃO | POR | POR | % NO TOTAL |
|---|------------------|------------------|---------------|
| | PROGRAMA | OBJECTIVO | DE DOTAÇÕES |
| OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | 286.352 | 7,5% |
| Programa 1 - Edifícios e Instalações Municipais | 47.729 | | 1,2% |
| Programa 2 - Equipamentos e Serviços | 238.622 | | 6,2% |
| Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil | 1 | | 0,0% |
| OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS | | 1.950.517 | 50,8% |
| Programa 1 - Educação | 436.265 | | 11,4% |
| Programa 4 - Saneamento | 31.003 | | 0,8% |
| Programa 5 - Águas | 37.088 | | 1,0% |
| Programa 6 - Resíduos Sólidos | 36.000 | | 0,9% |
| Programa 7 - Coesão Social | 5.000 | | 0,1% |
| Programa 8 - Cemitério | 81.001 | | 2,1% |
| Programa 9 - Espaços Verdes | 574.563 | | 15,0% |
| Programa 10 - Cultura | 650.197 | | 16,9% |
| Programa 14 - Desporto e Vida Saudável | 99.400 | | 2,6% |
| OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS | | 1.602.450 | 41,7% |
| Programa 6 - Indústria e Energia | 570.500 | | 14,9% |
| Programa 7 - Ordenamento do Território | 14.780 | | 0,4% |
| Programa 8 - Rede Viária e Arruamentos Municipais | 384.779 | | 10,0% |
| Programa 9 - Mobilidade Urbana | 358.641 | | 9,3% |
| Programa 13 - Comercio | 271.750 | | 7,1% |
| Programa 14 - Turismo | 2.000 | | 0,1% |
| TOTAL DO PPI | 3.839.319 | | 100,0% |

O Plano de Investimentos para o ano de 2016 totaliza 3.839.319 €, repartido em 3 objetivos e 18 programas.

Verifica-se que 41,7 % do investimento previsto é destinado às **funções económicas**, com destaque acentuado para o “Programa 8 – Rede Viária e Arruamentos Municipais com 10,0 %, e para o “Programa 9 – Mobilidade Urbana” com 9,3 %. No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

Nas **funções sociais**, a Câmara prevê investir 1.950.517 € o que representa 50,8% do PPI. O programa com mais destaque é o “Programa 10 – Cultura” com um investimento global de 650.197 €.

As **funções de administração geral**, absorvem 7,5 % do investimento.

3.5.2 AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2016, totalizam 2.034.941 €.

| DESIGNAÇÃO | POR | POR | % NO TOTAL |
|---|------------------|------------------|---------------|
| | PROGRAMA | OBJECTIVO | DE DOTAÇÕES |
| OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | 55.308 | 2,7% |
| Programa 01 - Comunicação | 22.128 | | 1,1% |
| Programa 03 - Protecção Civil e Ordem Publica | 33.180 | | 1,6% |
| OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS | | 811.704 | 39,9% |
| Programa 01 - Educação | 383.145 | | 18,8% |
| Programa 10 - Cultura | 261.699 | | 12,9% |
| Programa 19 - Saúde | 500 | | 0,0% |
| Programa 20 - Acção Social | 103.860 | | 5,1% |
| Programa 21 - Protocolos | 62.500 | | 3,1% |
| OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS | | 16.214 | 0,8% |
| Programa 14 - Turismo | 16.214 | | 0,8% |
| OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES | | 1.151.715 | 56,6% |
| Programa 01 - Operações da dívida autárquica | 1.055.500 | | 51,9% |
| Programa 02 - Transferências entre administrações | 94.775 | | 4,7% |
| Programa 03 - Juventude | 1.440 | | 0,1% |
| TOTAL | 2.034.941 | | 100,0% |

A área mais representativa é “Outras funções”, com as quais o município prevê gastar 1.151.715 €. A componente mais significativa é a que diz respeito ao serviço da dívida, para o qual se estima a importância de 1.055.500 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (51,9%).

“Funções sociais” com uma dotação no valor de 811.704 € representa 39,9 % do total das AMR, dos quais 18,8 % com o Programa 01 – Educação e 12,9 % serão com o “Programa 10 – Serviços Culturais, Recreativos, Religiosos, Outras Atividades Cívicas” o qual se compõe essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

3.6 Quadro Plurianual Municipal

Tendo em conta o art.º 44 da Lei 73/2013 de 03 de setembro o órgão executivo terá de apresentar ao órgão deliberativo municipal, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental.

O quadro plurianual define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Tendo em conta o art.º 47.º da referida lei os elementos constantes do quadro plurianual são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da lei.

Tendo em conta que até à data não houve qualquer regulamentação nesta área não estão reunidas as condições para a apresentação do referido quadro.

Segue na folha seguinte a posição da ANMP acerca do assunto.



Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

N.º Ref.º. CIR_108/2014/AG

Data: 01.10.2014

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do **“Quadro Plurianual Municipal”**, previsto no art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido **“Quadro Plurianual Municipal”** carece da regulamentação estabelecida no art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que **“Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”**.
O decreto-lei a que se refere o art.º 47.º **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º da LFL, **“os limites (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”**
Ora **não podem os Municípios** correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe.
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44 da lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP

Rui Solheiro

Entroncamento, 27 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria